



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Rua Monte Castelo, 131 - Boa Vista - Recife - PE
Tel.: 3301.1263 e 3301.1208

PROCESSO Nº 119/2013/SCG
PARECER Nº 57/2013-CL

Ementa: Administrativo. Valor inferior ao percentual da modalidade de Convite. Hipótese remete aos pressupostos constantes do inciso II do Art. 24 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

I - RELATÓRIO

Trata-se de solicitação oriunda do Memorando nº 209/2013, da Secretaria de Coordenação Geral desta Câmara Municipal do Recife, referente à aquisição de material para gravação de sessões plenárias e do programa TV Câmara para esta Casa Legislativa, conforme disposto no Memo 018/2013 – Ass. Técnica Operacional:

- 01 – Mini DV de 63 minutos (300 un);
- 02 – Carregadores duplos para bateria DV (02 un);
- 03 – Baterias DV com autonomia de 6 horas (02 un);
- 04 – Pilhas recarregáveis tipo AA (50 un);
- 05 – Carregadores de pilhas (05 un).

O processo encontra-se instruído com os seguintes documentos:

- proposta de preço da empresa **BC NORDESTE – SANYO JOSÉ RODRIGUES DA SILVA ÁUDIO E VÍDEO - ME**, no valor total de **R\$ 7.720,00** (sete mil setecentos e vinte reais) para fornecimento dos produtos;

- proposta de preço da empresa **PRO AV3 COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS LTDA.**, no valor total de **R\$ 7.885,00** (sete mil oitocentos e oitenta e cinco reais) para fornecimento dos produtos;

- proposta de preço da empresa **JORGE RICARDO MARANHÃO WANDERLEY INFORMÁTICA EIRELI - ME**, no valor total de **R\$ 7.960,00** (sete mil novecentos e sessenta reais) para fornecimento dos produtos.



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Rua Monte Castelo, 131 - Boa Vista - Recife – PE
Tel.: 3301.1263 e 3301.1208

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

A Administração Pública consagra como princípio geral para contratação de obras, serviços e compras, a realização de procedimento licitatório. Todavia, há situações em que recebe da Lei, autorização para abster-se da obrigação de licitar, se assim considerar conveniente ao interesse do serviço, sendo que essas situações constituem exceções ao dever geral constitucional de licitar.

Importa salientar que, comprovada a possibilidade de não proceder o certame licitatório, cumpre estar presente o pressuposto fático que fundamenta a decisão.

Com efeito determina o artigo 24, inciso II, do Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos – Lei no. 8666/93 e alterações posteriores:

“Art. 24 – É dispensável a licitação:

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea a, do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram as parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.”

Comentando sobre o assunto, o ilustre Mestre Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, ensina em sua obra “Contratação Direta sem Licitação”, 2ª edição, pág. 165, que:

“Nesse inciso, a Lei estabelece ser dispensável a licitação segundo uniforme doutrina, em razão do valor do objeto a ser contratado. O custo do procedimento para assegurar os valores jurídicos que determinam a licitação devem ser coordenados com os demais princípios do Direito, inclusive o princípio constitucional da economicidade que deve nortear os atos administrativos.

O reduzido valor do objeto a ser contratado colocaria em conflito o princípio da licitação e o da economicidade, ensejando um gasto superior à vantagem direta aferível pela Administração, decidindo o legislador, à vista do interesse público pela prevalência do segundo.”



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Rua Monte Castelo, 131 - Boa Vista - Recife – PE
Tel.: 3301.1263 e 3301.1208

À luz de tais considerações, configura-se dispensabilidade de licitação pelo valor abaixo do limite previsto no inciso I, alínea “a” do art. 23 do citado diploma legal.

III – CONCLUSÃO

Ex positis, esta Comissão de Licitação opina pela contratação direta da empresa **BC NORDESTE – SANYO JOSÉ RODRIGUES DA SILVA ÁUDIO E VÍDEO - ME**, pelo valor total de **R\$ 7.720,00** (sete mil setecentos e vinte reais) para fornecimento dos produtos solicitados pela Assessoria Técnica Operacional do Departamento de Comunicação Social, com fundamento no artigo 24, inciso II da Lei no. 8666/93 e alterações posteriores.

É o parecer.

Recife, 05 de Novembro de 2013.

MARCELLO FALCÃO NOVO
Presidente da Comissão de Licitação

Débora Gurgel Marques
Membro

Daniel Vieira de Melo
Membro